

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: EDUCAÇÃO SEXUAL E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

PREGNANCY IN ADOLESCENCE: SEXUAL EDUCATION AND SUBJECTIVITY PRODUCTION

Nathássia Matias de MEDEIROS* 

Luciana Lobo MIRANDA** 

Resumo: Este artigo analisa os materiais do Projeto Saúde e Prevenção das Escolas (SPE) sobre gravidez na adolescência, identificando quais discursos o atravessam e que efeitos de subjetivação busca produzir. O SPE trata-se de uma iniciativa dos Ministérios da Educação e da Saúde, que busca promover a educação sexual nas escolas. A partir de uma perspectiva teórico-metodológica da análise do discurso inspirada em Michel Foucault, consideramos a articulação entre discurso, poder e subjetividades. O Projeto preocupa-se com o projeto de vida, planos de futuro e planejamento familiar, enfatizando o impacto da gestação e criação dos filhos na vida escolar e profissional da mãe adolescente. Os estudos sobre o empreendedorismo de si apontam que vivemos sob uma governamentalidade neoliberal, onde cada um é convocado a tratar a si mesmo como uma empresa. A vivência da gravidez na adolescência conflita com a conjuntura capitalista atual que busca sujeitos adaptáveis, flexíveis e polivalentes. Observou-se que a gravidez na adolescência parece não estar eminentemente ligada, nos discursos do SPE, a um discurso moralista ou mesmo médico. A questão possui um cunho mais econômico, uma vez que parece querer produzir um sujeito adolescente assíduo na escola, preocupado com a sua estabilidade financeira e familiar e atento ao seu futuro.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência. Educação sexual. Subjetividade. Projeto de vida. Empreendedorismo de si.

Abstract: This article analyzes the materials of Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) about pregnancy in adolescence, identifying which discourses cross it and what effects of subjectivation it seeks to produce. The SPE is an initiative of the Ministries of Education and Health, which seeks to promote sex education in schools. From a theoretical and methodological speech analysis's perspective inspired by Michel Foucault, we consider the articulation between discourse, power and subjectivities. The Project is concerned with the life project, future plans and family planning, emphasizing the impact of gestation and child rearing in the adolescent mother's educational and professional life. The studies on self-entrepreneurship show that we live under a neoliberal governmentality, where everyone is summoned to treat themselves as enterprises. The experience of pregnancy in adolescence conflicts with the current capitalist conjuncture that seeks adaptable, flexible and multipurpose subjects. It was observed that pregnancy in adolescence does not seem to be eminently linked, in the SPE discourses, to a moralistic or even medical discourse. The issue has a more economic character because it seems to want to produce teenagers that are assiduous in school, concerned about their financial and family stability and attentive to their future.

Keywords: Pregnancy in adolescence. Sexual education. Subjectivity. Life project. Self-entrepreneurship.

Submetido em 09/07/2020. Aceito em 03/04/2021.

*Doutora em Psicologia na Universidade Federal do Ceará. E-mail: nathassiamm@gmail.com

** Doutora em Psicologia (PUC-Rio). Pós-doutorado em Psicologia Social pela City University of New York (CUNY). Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Av. da Universidade, 2762, Benfica - CEP: 60.020-180 - Fortaleza/CE – Área 2 do Centro de Humanidades - Bloco Didático Prof. Ícaro de Sousa Moreira. E-mail: lobo.lu@uol.com.br



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

INTRODUÇÃO

Na sociedade ocidental contemporânea circula a ideia de que há um “momento certo” para a chegada de um filho na vida de uma mulher. Entende-se que a maternidade deve ser reservada à chamada vida adulta. Quando acontece uma gravidez antes desse período, ou seja, durante a adolescência¹, a gestação é nomeada pelos saberes científicos como “precoce”, “indesejada” ou “não-planejada”. Tal posição acerca da gravidez na adolescência também é compartilhada pelo discurso moral, que a entende como um acidente, um erro ou mesmo uma tragédia.

Segundo o IBGE (2017), houve uma diminuição de 533.453 para 455.380 no número dos nascimentos de bebês entre mães que possuem de 15 a 19 anos, entre 2013 e 2017. No entanto, chama-se a atenção para o fato de que o indicador permanece elevado, uma vez que a gravidez nomeada de “precoce” ou “indesejada” ainda é frequente. Esta situação é constantemente apontada pelos especialistas e pelo Estado como um problema social: “A gravidez na adolescência, habitualmente, é considerada de risco, perigosa, inapropriada e inadequada para os interesses dos jovens, particularmente por afetar preferencialmente meninas que vivem na pobreza, em países pouco desenvolvidos.” (SILVA e SURITA, 2012, p. 347). Intervenções das mais diversas origens e características são acionadas para prevenir e remediar este tipo de gravidez, ao mesmo tempo em que diversos conhecimentos são produzidos para sustentar o fato de que se trata de um problema a ser combatido.

As intervenções em torno da gravidez na adolescência ainda são fortemente voltadas às adolescentes do sexo feminino, apesar de haver atualmente um esforço no sentido de incluir os jovens homens nessa problemática. Como afirma Altmann (2007), a prevenção da gravidez acaba sempre sendo considerada uma questão feminina e são as moças os alvos principais aos quais os discursos e ações preventivas direcionam-se.

Visando o combate à gravidez precoce, são desenvolvidas estratégias que envolvem uma gama de intervenções educativas dentro dos espaços escolares, através de ações de educação sexual. Paiva *et al.* (2008) também assinalam que as atividades de prevenção que envolvem a sexualidade dos adolescentes têm sido cada vez mais desenvolvidas pelas escolas através de ações de educação sexual, que normalmente baseiam-se em palestras e compartilhamento de material educativo. Altmann (2001) destaca que pesquisas chegam a afirmar que quanto menor é a escolaridade das adolescentes, maior é o índice de gravidez entre elas, o que demonstra o grande papel que a escola desempenha no campo da educação da sexualidade.

No Brasil, em 2007, o Decreto nº 6.286 instituiu o Programa Saúde na Escola (PSE), coordenado tanto pelo Ministério da Saúde quanto pelo Ministério da Educação. Esta iniciativa afirma buscar contribuir

¹ Diferentes definições cronológicas de adolescência são encontradas nos vários órgãos, organizações e documentos de grande importância. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, considera pertencentes a essa faixa etária as pessoas que possuem entre dez e dezenove anos, enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define como adolescente toda pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Já a Organização das Nações Unidas (ONU) indicou as idades de quinze a vinte e quatro anos como referência de juventude. No entanto, têm-se mais comumente agrupado os termos juventude e adolescência, visando os sujeitos da faixa etária de 10 a 24 anos. (BRASIL, 2018)

na formação dos estudantes brasileiros através de ações relacionadas à saúde e ao desenvolvimento pleno dos alunos da rede pública de ensino (BRASIL, 2011).

Uma das ações do citado Programa chama-se projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), que versa especialmente sobre a educação sexual nas escolas. Com a implantação do projeto, tem-se “[...] como objetivo central a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, visando reduzir a vulnerabilidade de adolescentes e jovens às doenças sexualmente transmissíveis (DST), à infecção pelo HIV, à AIDS e à gravidez não planejada [...]” (BRASIL, 2006a, p. 7). Trata-se de um projeto de abrangência nacional, estando presente em todos os estados brasileiros e de grande referência sobre como trabalhar a educação sexual nas escolas. O projeto possui diversas publicações acerca de temáticas relacionadas à educação sexual, voltadas tanto aos alunos quanto aos professores, à equipe pedagógica e ao público em geral. Estas publicações visam guiar, facilitar e divulgar o projeto.

As publicações tratam de temas diversos relacionados à educação sexual, como diversidade sexual, protagonismo juvenil, direitos sexuais e reprodutivos, prevenção contra HIV e Aids e gravidez na adolescência. Este grupo de materiais, que configuram o *corpus* deste estudo, é composto de guias, histórias em quadrinhos, fascículos, folders, folhetos, trabalhos, entre outros tipos de documentos e são datados de 2006 a 2010. Há ainda alguns documentos que não possuem data de publicação. Dentre esse leque de matérias do referido projeto, trabalhamos com os enunciados acerca da gravidez na adolescência presentes na maioria dos materiais, tais como o fascículo *Adolescências juventudes e participação: adolescentes e jovens para a educação entre pares* (BRASIL, 2010f), o relatório *Censo escolar 2005: levantamento das ações em DST/Aids, saúde sexual e saúde reprodutiva e drogas* (BRASIL, 2007), o documento *Diretrizes para implantação do projeto saúde e prevenção nas escolas* (BRASIL, 2006a), o guia *HQ SPE: um guia para utilização em sala de aula* (BRASIL, 2010a), o guia de formação *Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação* (BRASIL, 2006b), entre outros materiais. Os documentos utilizados como dados encontram-se disponíveis nos sites da Unesco e da Unicef.

Levando em consideração o que diz o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas sobre como a questão da gravidez na adolescência é trabalhada nas escolas brasileiras, surge o seguinte questionamento que delinea o objeto deste artigo: quais são os discursos sobre gravidez na adolescência que atravessam o SPE e que efeitos de subjetivação eles buscam produzir?

Logo de início é possível perceber nesta pergunta uma perspectiva teórica clara, que considera discursos e práticas como vias de produção de subjetividades. Pensar nessa perspectiva, que é norteadas pelo pensamento de Michel Foucault, trata de considerar que os indivíduos assumem os discursos e práticas de modo a constituírem-se enquanto sujeitos (LEGRAND, 2007). Para Foucault, os sujeitos são constituídos, como aponta Hack (2007), a partir de três mecanismos distintos: subjetivação, individuação e objetivação. O processo de individuação é estreitamente relacionado à maneira pela qual o sujeito é tomado pelas práticas e é constituído segundo critérios normativos. A subjetivação implica um trabalho do sujeito sobre si mesmo, de modo a constituir-se. Já a objetivação depende da abordagem do sujeito como objeto de conhecimento.

Destarte, pensar nesta perspectiva não consiste apenas em identificar quais são os efeitos da objetivação científica, nem apenas de pensar a individuação do sujeito promovida pelas práticas, mas consiste também no reconhecimento das relações do sujeito consigo mesmo que os discursos sobre gravidez na adolescência presentes no SPE pretendem ensinar. Trata-se de mapear quais são os trabalhos do sujeito sobre si mesmo nos quais estes discursos parecem investir.

Ao pensar os discursos da atualidade sobre a gravidez na adolescência a partir dessa perspectiva problematizadora, busca-se contribuir com um pensamento que coloque em questão o que está em jogo nessa normalização atual dos adolescentes, desnaturalizando os discursos produzidos em torno da temática, entendendo que a verdade é produzida historicamente e é um dispositivo político. Isto será feito ao analisar os enunciados sobre gravidez na adolescência presentes nos materiais divulgados pelo projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) com um olhar que se pergunta sobre as condições históricas de existência desses enunciados.

Busca-se ainda, neste artigo, promover uma reflexão sobre os sujeitos adolescentes de hoje, porque nossa preocupação coincide com a de Foucault em seus estudos: a constituição do sujeito. “Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa.” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Tendo isso em vista, a contribuição deste estudo localiza-se também no campo da discussão sobre o sujeito contemporâneo.

1. SOBRE COMO ESCUTAR OS DISCURSOS

Trataremos então de analisar os documentos do projeto Saúde e Prevenção nas Escolas sobre gravidez na adolescência enquanto discursos, a partir de uma perspectiva foucaultiana. Pensar sobre o discurso com Michel Foucault implica pensá-lo não enquanto uma forma de representar o mundo que já “está aí” para ser desvendado, mas sim como uma versão inventada da realidade. Tal concepção de que o discurso não traduz, mas sim produz realidade alinha-se com o “giro linguístico” nos estudos sobre a linguagem, que mais do que apenas ampliar a ênfase dada à linguagem nas ciências humanas e sociais e na filosofia, leva à formulação de uma nova forma de conceber a realidade e a natureza linguística (GARCIA, 2004).

Segundo Foucault (2013), o discurso é um agrupamento de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva. Formação discursiva caracteriza-se como o conjunto de regras de formação dos objetos, modos de enunciação, conceitos e temas de um discurso. Segundo Fischer (2001), as coisas ditas estão sempre inscritas dentro de formações discursivas que seguem os regimes de verdade de determinada época histórica, o que significa que o que é dito (e aí se insere também o que é escrito, como os materiais do SPE) relaciona-se com as dinâmicas de poder e saber de sua época. Trabalhar com a esta perspectiva significa partir de uma lente histórica que se ocupa das mudanças nos discursos ao longo do tempo, pensando em como tais mudanças moldaram subjetividades históricas.

Discurso não é entendido apenas como forma de falar ou escrever, uma vez que se considera a sua relação de suporte e legitimação com práticas institucionais que organizam, regulam e administram a sociedade (WILLIG, 2001). Em uma análise foucaultiana dos discursos, pensa-se na articulação destes com os processos sociais amplos de legitimação das relações de poder e estruturas sociais. Discurso é o próprio poder em exercício. “Portanto, o poder não é nem fonte, nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder.” (FOUCAULT, 2012, p. 247).

Na produção de sujeitos, os discursos e práticas acerca da sexualidade possuem um espaço privilegiado. “Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos mais dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.” (FOUCAULT, 1988, p. 114). Segundo Foucault (1988), é a partir da sexualidade que o Ocidente constrói um novo dispositivo de constituição de subjetividades na modernidade. Uma vez que, ao falar sobre gravidez, o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas evidencia hábitos sexuais, indica como, onde e quando se deve manter relações sexuais para que estas sejam seguras, discute relações de gênero, etc., é sobre a sexualidade que se enuncia e é através da sexualidade que se pretende normalizar os sujeitos adolescentes. Assim, os discursos sobre a gravidez na adolescência, que envolvem diretamente a sexualidade, exercem-se produzindo sujeitos.

O discurso da gravidez na adolescência nos documentos do SPE será entendido enquanto ponto de articulação de saber e poder e na sua dimensão de efeitos de subjetivação. Como aponta Fischer (2003, p. 373), isso significa considerar que as palavras e as coisas “[...] são históricas, são construções, interpretações; jamais fogem a relações de poder; palavras e coisas produzem sujeitos, subjetividades, modos de subjetivação.”.

2. CONHECENDO O SPE: A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NOS MATERIAIS DO PROJETO

Segundo os materiais do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, a ocorrência da gravidez na adolescência não pode ser reduzida a um julgamento quanto ao grau de responsabilidade pessoal, pois essa redução eliminaria o compromisso da sociedade com essa questão (BRASIL, 2006b, 2010a). Afirma-se que é preciso pensar se esses jovens tiveram acesso aos serviços de saúde, se tiveram acesso a contraceptivos a baixo custo, pensar na vulnerabilidade, na discriminação, entre outras questões. Em Brasil (2006a) diz-se que associar a gravidez na adolescência a esses fatores diversos configura a adoção de uma reflexão crítica sobre a essa questão.

A gravidez pode ser fruto da falta de informação sobre saúde reprodutiva e métodos contraceptivos ou da falta de acesso a eles. Pode, também, estar relacionada com aspectos comportamentais, como a inabilidade (às vezes inibição) da jovem para negociar o uso

do preservativo com o seu parceiro. Mas pode, igualmente, ser fruto da vontade das adolescentes e de seus parceiros, de seu desejo de conquistar autonomia, espaço no mundo adulto e valorização social. (BRASIL, 2006b, p. 88).

O SPE afirma que atualmente fala-se em gravidez precoce, não porque a gravidez na adolescência traz algum risco físico, mas porque ela vai contra “[...] uma **norma social** que estabelece que, nos dias de hoje, **existe um roteiro a ser seguido** até o momento da chegada de um(a) filho(a): estudar, se formar, trabalhar...” (BRASIL, 2010a, p. 84, grifos nossos). Assim, indica-se nos materiais do SPE que é necessário que se faça uma reflexão sobre os projetos de vida que meninos e meninas possuem para o futuro. É preciso “[...] no caso de uma gravidez, garantir que elas e eles continuem seus estudos e continuem tecendo seus **planos de futuro**, ajustando-os à vida a partir dessa nova situação.” (BRASIL, 2010a, p. 84, grifo nosso). Chama-se ainda a atenção para o fato de que o planejamento familiar é direito de todo cidadão e deve ser uma ação realizada pelos adolescentes (BRASIL, 2010e).

O projeto aponta ainda que a gravidez na adolescência acontece desde sempre. O SPE (BRASIL, 2006b, 2010e) afirma que a idade considerada adequada para procriar relaciona-se com a sociedade, a história e a cultura. Dá o exemplo de que, no século passado, no Brasil, entre 12 e 18 anos era considerada a idade adequada para casar. Se os adolescentes não casassem dentro dessa faixa etária, isso se tornava um problema para os seus pais. Os documentos apontam que esse período etário, que antes era visto como uma fase de formação de uma nova família, atualmente representa uma passagem da infância para a vida adulta.

Nos dias atuais, a nossa sociedade atribui a faixa dos 12 aos 20 anos às funções de desenvolvimento psicossocial, formação escolar e preparação profissional. Considera-se que é preciso atingir a maioridade, terminar os estudos, ter trabalho e rendimentos próprios, para só então estabelecer uma relação amorosa duradoura e ter filhos. A gravidez e a maternidade ou paternidade na adolescência rompem com essa trajetória considerada “natural” e são vistas como problema e risco a ser evitado. (BRASIL, 2006b, p. 87).

Em diferentes momentos (BRASIL, 2007, 2010a), a gravidez é colocada como causa de evasão escolar: “A gravidez na adolescência é um tema complexo e que traz repercussões diretas na vida escolar de moças e rapazes que se tornam pais durante a vida escolar.” (BRASIL, 2007, p. 47). Segundo o SPE (BRASIL, 2006b), uma gravidez na adolescência pode gerar diversos sentimentos negativos, como medo, insegurança, desespero, desorientação e solidão. Mas aponta que isso não pode ser generalizado:

No entanto, não se pode ter uma falsa ideia de que toda gestação, entre adolescentes, seja inconsequente e desastrosa. Para muitas e muitos adolescentes, não existe uma relação direta entre gravidez e fim da juventude. Muitas famílias não veem isso como uma ruptura social e se solidarizam com a gravidez. (BRASIL, 2006b, p. 87).

Em um dos documentos (BRASIL, 2010e), é feita uma problematização interessante sobre o porquê de a gravidez na adolescência ser considerada um problema. Aponta-se algumas motivações econômicas para esse movimento que busca evitar a gestação nessa faixa etária:

A gravidez e a maternidade na adolescência rompem com a trajetória tida como “natural” nos dias de hoje: crescer, estudar, trabalhar e casar. Emergem socialmente como problema e risco a serem evitados. A própria sexualidade dos(as) jovens se vê contrariada pelos projetos que a sociedade lhes impõe, visando a determinados fins. Por exemplo: a manutenção da reprodução dentro do marco da família – a necessidade de mão de obra qualificada em condições de participar da sociedade de consumo, a intenção de conter a pobreza por meio da diminuição de nascimentos, sobretudo quando as mães sejam adolescentes pobres – pois a pobreza cobra do Estado assistência, políticas públicas de saúde, de educação, de habitação. (BRASIL, 2010e, p. 41).

Apesar de ser possível identificar certa dispersão discursiva no SPE, uma vez que ele afirma em alguns momentos a possibilidade de que nem sempre a gravidez seja um problema para os adolescentes e afirmar ainda que existem questões econômicas, sociais e culturais influenciando essa ideia de gravidez precoce, o Projeto continua considerando-a como um problema a ser prevenido.

Conforme os enunciados analisados, a prevenção contra a gravidez acontece por meio do uso dos métodos anticoncepcionais em todas as relações sexuais, com ênfase na camisinha, que oferece proteção tanto contra a gravidez quanto contra as DST. “Os adolescentes usam preservativo com menor frequência do que os adultos porque muitos não estão atentos para a importância da prevenção da gravidez não planejada e das DST/aids.” (BRASIL, 2006b, p. 19).

Ao mesmo tempo em que o Projeto promove um deslocamento e uma rarefação do discurso de cunho médico, afastando-se claramente de um propósito higienista com sua incidência biopolítica, há a necessidade de evitar a gravidez na adolescência, o que se configura também como estratégia biopolítica.

Segundo Foucault (1988), biopolítica é uma tecnologia de poder surgida na segunda metade do século XVIII que se dirige ao corpo da espécie e interessa-se pela vida. Isso significa que ela irá se preocupar com processos como taxas de mortalidade, de natalidade, fecundidade, reprodução, saúde, doença, etc. Em outras palavras, ela irá se preocupar com a espécie humana. Não é à sociedade e nem ao corpo do indivíduo que essa tecnologia de poder liga-se especificamente, mas sim a um novo elemento: a população. Além disso, esse poder leva em consideração fenômenos de natureza coletiva, que possuem efeitos econômicos e políticos significativos no nível da massa. Os mecanismos desse tipo de poder diferem dos mecanismos disciplinares, uma vez que não lidam com os fenômenos no nível individual, mas sim no nível global. Os mecanismos são reguladores e buscarão manter um equilíbrio na população e no meio. Nos mecanismos da biopolítica trata-se de “[...] levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação.” (FOUCAULT, 1999, p. 294).

É importante lembrar que o objetivo central do SPE é justamente reduzir a vulnerabilidade de adolescentes e jovens às DST, à infecção pelo HIV, à Aids e à gravidez não-planejada, isto é, ele tem como alvo um determinado segmento populacional. Entre as finalidades do projeto estão: “Contribuir para a redução da incidência de gravidez não-planejada na população adolescente e jovem.” (BRASIL, 2006a, p. 17) e também “Contribuir para a redução da evasão escolar relacionada à gravidez na adolescência.” (BRASIL, 2006a, p. 17). Para quem a gravidez é problema então?

3. POR QUE PRECOCE? GRAVIDEZ, PROJETO DE VIDA E CULTURA ADOLESCENTE NA CONTEMPORANEIDADE

Embora se fale em prevenção contra a gravidez precoce, do mesmo modo em que se impulsiona a prevenção contra HIV e Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), esta questão não parece configurar-se como eminentemente médica. Não é em termos de saúde ou doença que a problemática da gravidez na adolescência se coloca, mas sim nos termos que a circunscrevem: precoce, não planejada, indesejada. Em relação à gravidez na adolescência, o SPE mostra-se atravessado por um discurso sobre um “projeto de vida” que aparenta estar traçado para os adolescentes: terminar os estudos, trabalhar, conquistar estabilidade financeira, entrar em um relacionamento estável e só então ter filhos. Quando falamos do contexto brasileiro, onde a prática do aborto não é amparada pela lei e a gravidez quase sempre leva ao nascimento de uma criança, cabe pensar sobre o lugar que uma gravidez ocupa no curso de vida do sujeito adolescente.

Presente passado e futuro, assim segmentados, são noções corriqueiramente naturalizadas por nós. O passado de onde viemos, o presente onde estamos e o futuro para onde caminhamos. Por que nos parece tão óbvia essa assertiva? Talvez porque é característico da tradição do pensamento ocidental considerar dessa maneira, desde a germinação da modernidade. No entanto, é importante elucidar que tal concepção linear do tempo não é natural, justamente porque é na aurora da modernidade (século XVII) que ela irrompe. É a época onde a balança da importância pesa para o lado do futuro, que se torna o foco da ação humana. “O futuro depende inteiramente do agir dos sujeitos; o mesmo acontece com a história. Ambos são construídos e projetados.” (LECCARDI, 2005, p. 38).

Nesse contexto, até o século XX, o futuro foi tomado como passível de controle, como afirma a autora supracitada. É no futuro que se planeja um projeto de vida e um projeto de si mesmo. Essa conjuntura comporta, de acordo com Leccardi (2005), o processo de diferimento das recompensas, onde o sujeito exerce um autocontrole e disciplina no presente para que possa obter recompensas positivas desta auto-regulação no futuro. O presente configura-se como o tempo de planejar e agir racionalmente. “[...] a perspectiva biográfica à qual remete o diferimento das recompensas implica a presença de um horizonte temporal estendido, uma grande capacidade de autocontrole, uma conduta de vida para a qual a programação do tempo se torna crucial.” (LECCARDI, 2005, p. 36).

No entanto, autores afirmam (NILSEN, 1998; LECCARDI, 2005; MAIA e MANCEBO, 2010) que essas diferenciações sequenciais dos cursos de vida não são mais rigorosamente demarcadas na contemporaneidade. A consciência linear do tempo dissipa-se. Indicam ainda que, na verdade, há uma certa dificuldade nos sujeitos de operar com a ideia de futuro distante, levando-os a direcionar suas ações e planos a um presente pensado de forma mais alargada ou mesmo um futuro mais imediato. Há então um declínio do chamado projeto de vida.

Uma mudança desse tipo implica modificações nas histórias de vida e nos próprios sujeitos. Pesquisas realizadas com adolescentes e jovens (NILSEN, 1998; MAIA e MANCEBO, 2010) apontam que estes anseiam por flexibilidade, mobilidade e nomadismo no presente estendido ou futuro próximo. “O nomadismo é fortemente vinculado a esses projetos de vida, à possibilidade de viajar, de mudar de emprego, de alterar atividades, etc.” (MAIA e MANCEBO, 2010). São projetos de vida que apresentam características da atual conjuntura social.

Estamos em constante movimento, como sustenta Bauman (1999). Movimento este que não se resume apenas ao deslocamento físico, mas também à locomoção virtual que as mídias e principalmente a internet atualmente permitem. A distância não se apresenta mais como uma grande barreira às relações e aos objetivos humanos. As razões para criar raízes são cada vez mais frágeis e buscamos cada vez mais motivos para peregrinar. É o modo de vida que faz coro com a conjuntura atual efêmera, volátil e flexível.

Não se pode “ficar parado” em areia movediça. Nem nesse nosso mundo moderno final ou pós-moderno — um mundo com pontos de referência sobre rodas, os quais têm o irritante hábito de sumir de vista antes que se possa ler toda a sua instrução, examiná-la e agir de acordo. (BAUMAN, 1999, p. 72).

Lipovetsky (2004) aponta que vivemos na hipermodernidade. Hiper porque se trata de uma modernidade dos excessos. Exageros em tudo, inclusive no imperativo de mudança, flexibilidade, adaptatividade, sem que se tenha a segurança de esperanças no futuro. O autor corrobora com a ideia de que há uma necessidade de movimentação constante dos indivíduos, de hipermudança conclamada por uma primazia da eficiência. “Quanto menos o futuro é previsível, mais ele precisa ser mutável, flexível. Reativo, permanentemente pronto a mudar, supermoderno, mais moderno que os tempos heróicos.” (LIPOVETSKY, 2004, p. 57).

Conforme o autor supracitado, a gravidade temporal se desloca do futuro para o presente nos tempos atuais. Há uma debilidade em imaginar o futuro. No entanto, ele afirma que não é que a força do futuro entre em ruína, mas ela não é mais ideológico-política, mas sim técnico-científica. Apesar de haver uma prevalência dos interesses econômicos imediatos em relação à inquietação com o futuro, existe preocupação com os riscos e ameaças globais do futuro e com uma cultura de prevenção.

Ao mesmo tempo, como mostra Nilsen (1998), a idade adulta é ligada não apenas a ideais de autonomia e independência, mas também a responsabilidades e constituição de família. A partir das entrevistas conduzidas em seu estudo, a autora indica: “As discussões nas entrevistas de grupo acerca da melhor altura para ter filhos sugerem que as ideias dos intervenientes acerca desta questão estão fortemente relacionadas com a estabilidade numa união conjugal, bem como num emprego.” (NILSEN, 1998, p. 67). Portanto, nesse grupo de jovens, a estabilidade de uma família e de emprego e moradia fixos é algo desejável, mas apenas na idade adulta: “[...] mesmo para os grupos de jovens que já têm um trabalho fixo neste momento, a ideia de ter uma família no presente é bastante remota.” (NILSEN, 1998, p. 73).

É fato que a sociedade em que vivemos hoje está mergulhada em um clima de instabilidade e riscos, de que as fases da vida já não estão mais demarcadas como antigamente e de que presente, passado e futuro já não significam mais o mesmo que significavam há algumas poucas décadas atrás. No entanto, para os adolescentes e jovens, de acordo com os estudos aqui citados anteriormente, parece ainda haver ao menos o tempo em que agora se encontram e o tempo futuro da fase adulta. Quanto à gravidez, esta lhes parece pertencer não ao presente, mas ao futuro distante.

Levando em consideração essa realidade onde grande parte dos sujeitos, mas sobretudo os adolescentes e jovens, buscam uma vida autônoma, livre, nômade e flexível diante de um futuro coberto de riscos e incertezas, é possível pensar que a sociedade de um modo geral entende que os ideais da adolescência de mobilidade, de liberdade para fazer novas escolhas de rumos na vida e de flexibilidade no geral podem ser limitados pela presença de um filho.

4. POR QUE INDESEJADA? GRAVIDEZ E A CULTURA DO EMPREENDEDORISMO DE SI

Como foi possível observar nos enunciados do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, a gravidez é vista como uma ameaça à formação escolar dos jovens pais, principalmente das mães. A gestação e o futuro filho são postos como possíveis obstáculos ao sucesso escolar/profissional dos adolescentes, tendo sempre como pressuposição o fato de que a escolarização é a melhor opção de vida para um jovem. A gravidez representa o fim da juventude, a menos que haja apoio da família na criação da criança, o que permite que os jovens pais continuem o “curso normal” de suas vidas.

Talvez se possa dizer que isso vai ao encontro dos estudos de Costa (2009), quando ele aponta que na contemporaneidade ocorre uma individuação que se sobrepõe, sem anular, à individuação moderna: a produção do que ele chama de “indivíduo-microempresa”. O autor afirma que a normatividade na contemporaneidade não se situa apenas no eixo médico-psi, como na modernidade, mas torna-se cada vez mais presente a normatividade econômico-empresarial.

Segundo Costa (2009), essa cultura do empreendedorismo de si surgiu no campo empresarial, mas tem sido disseminada cada vez mais para o campo da educação nas suas mais diversas modalidades. Produzem-se discursos de verdade, prescrevem-se modos de vida que são considerados os melhores e os mais acertados para os adolescentes.

A disseminação dessa cultura, sempre em estreita conexão com a educação, com as escolas, com projetos sociais e assistenciais, esportivos e de formação técnico-profissional, vem sendo feita de tal modo a ampliar-se progressivamente, como estando associada a virtualmente tudo o que seria decisivo e bom não só para o sucesso dos indivíduos, em particular, mas também para o progresso, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de toda a sociedade (COSTA, 2009, p.181).

Tal noção de “indivíduo micro-empresa” fundamenta-se na teoria do capital humano fabricada pelo neoliberalismo americano. Foucault (2008) explica que este movimento, representado principalmente pela Escola de Chicago liderada por Theodore Schultz, surge em contrapartida ao excesso de governo e vai procurar fazer com que a racionalidade de mercado se estenda a domínios que não são propriamente econômicos: “No caso, a família e a natalidade ou a delinquência e a política penal.” (FOUCAULT, 1997, p. 96). Isso sustenta o fato de que tal lógica mercadológica tome inclusive a gravidez na adolescência como objeto, uma vez que esta se relaciona com a questão da família, da natalidade, entre outras questões sociais. Foucault (2008) aborda o funcionamento de tal neoliberalismo a partir de dois pontos: a teoria do Capital Humano e o programa de análise da criminalidade e delinquência. Interessa aqui explorar o primeiro desses dois pontos.

Os teóricos da Escola de Chicago estudam o comportamento humano com base na economia política. A teoria do Capital Humano, desenvolvida principalmente por esses teóricos, entende que as competências, habilidades e aptidões de alguém são o seu capital, como se o indivíduo fosse uma microempresa, na qual se deve fazer investimentos que deem retornos vantajosos (COSTA, 2009). Essa teoria alastra-se então por todo o corpo social das sociedades capitalistas “As políticas econômicas, sociais, culturais e educacionais de todos os países desenvolvidos terão como foco a modificação do nível e da forma do investimento em capital humano.” (SANTOS e KLAUS, 2013, p. 72).

A teoria do Capital Humano, como aponta Costa (2009), enseja uma cultura do empreendedorismo, que se constitui no âmbito empresarial e depois, segundo o autor, dissemina-se para os campos socioculturais assistenciais e educativos, como observamos que é o caso do projeto governamental em análise no presente artigo. Tanto a teoria do Capital Humano quanto a cultura do empreendedorismo instituem-se como valores sociais normativos (GADELHA, 2009).

Nessa nova governamentalidade, dá-se ênfase à educação e formação permanente do sujeito, buscando-se conduzir estrategicamente as condutas de cada um em relação a si mesmos e em relação aos outros (MARÍN-DÍAZ, 2015). Como a gravidez na adolescência representa uma ameaça a essa educação permanente tão valorizada na atualidade, podemos compreender um pouco mais a existência de políticas públicas de educação sexual nas escolas para preveni-la.

Cria-se então um novo modo de individuação na contemporaneidade, um indivíduo-micro-empresa, que é atravessado não mais apenas pela normatividade médico-psi, mas cada vez mais por uma normatividade econômico-empresarial (COSTA, 2009). Como elucida Marín-Díaz (2015), cada um passa a ser encarregado de si mesmo, de alcançar o que se considera como sucesso: são sujeitos autorregulados nos modos de coincidirem suas vidas aos objetivos governamentais.

O sujeito é capturado por esse discurso de que ele deve ser um empreendedor de si, calcular todos os seus passos, elaborar um projeto de vida, subir uma escadaria onde no topo encontra-se o sucesso profissional, que está cada vez mais entendido como sinônimo de sucesso pessoal. Nesse contexto, a sexualidade adolescente parece ser capturada por esse novo discurso, uma vez que é notória a circulação no

meio social da preocupação não apenas com o sexo saudável, mas também com o sexo sem gravidez. A gravidez nessa faixa etária apresenta-se ao adolescente como uma ameaça que poderia comprometer parte de seu capital humano, sua ambição de indivíduo empreendedor de si.

REFLEXÕES FINAIS

Não apenas nos materiais do projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, mas nos discursos que falam em nome do combate à gravidez na adolescência, a questão médica, apesar de ainda se fazer presente, parece vir sendo cada vez mais ofuscada por um outro fator envolvido no fenômeno da gravidez na adolescência, que predomina nos discursos. Trata-se de uma certa função social da gravidez, que repercutirá na vida da adolescente grávida. Há outro discurso que se faz presente no trato da gravidez chamada precoce, que entende que a grande complicação está no fato de que a jovem mãe sairá de um roteiro pré-estabelecido de desenvolvimento da sua vida.

Independentemente do meio social ou cultural em que ocorra, a gravidez desempenha papel fundamental nas futuras oportunidades de inserção social, precipitando e ampliando uma série de acontecimentos que se combinam para desorganizar a harmonia do desenvolvimento pessoal e de seu núcleo familiar. (SILVA e SURITA, 2012, p. 350).

Apesar de o Projeto apresentar, em determinados momentos, um olhar histórico que relativiza a faixa etária ideal para se ter um filho e a ideia de um curso de vida padronizado para todos os sujeitos, ele ainda coloca enfaticamente a gravidez entre adolescentes como algo a ser prevenido e como causa de evasão escolar.

Gerar uma criança antes da idade adulta entra em conflito tanto com os ideais atuais de vivência de um projeto de vida, que têm sido enfraquecidos, mas ainda são presentes, quanto com a conjuntura de flexibilidade, nomadismo e inconstância atual. No fascículo *Adolescências, Juventudes e Participação* (BRASIL, 2010f) o SPE caracteriza a juventude como um processo individual vivido pelas pessoas, marcado pela busca de autonomia e elaboração de um projeto de vida. Não é por acaso que a gravidez é vista como o fim da juventude.

O discurso do empreendedorismo de si, que está imbricado na noção de prevenção à gravidez, faz-se presente nos materiais do SPE, operando com termos como projeto de vida, planos de futuro e planejamento familiar, e enfatizando o impacto da gestação e criação dos filhos na vida pessoal, mas principalmente na vida escolar e profissional da mãe adolescente.

Dessa forma, a gravidez na adolescência parece não estar ligada, nos discursos do projeto, a um discurso moralista, como é característico, por exemplo, do higienismo que liga a gravidez à desestruturação da família e ao controle da pobreza. A questão aqui tem um cunho mais econômico, ao pensar no custo/benefício do projeto de vida. No entanto, em ambos os discursos, a preocupação biopolítica com o custo social de uma gravidez na adolescência está presente.

Assim, nota-se o esvaziamento do discurso moral, religioso, higienista no SPE, ao mesmo tempo em que é marcante a coexistência de um discurso médico com um discurso econômico. Considerando os discursos em sua função de produção de subjetividades, entendemos que esses discursos do projeto sustentam práticas que incidem sobre os sujeitos, ensejando efeitos diversos. É possível, então, ver uma preocupação com a gravidez e a manutenção de um projeto de vida nos próprios adolescentes. Parece ser justamente um sujeito adolescente assíduo na escola, preocupado com a sua estabilidade financeira e familiar e atento ao seu futuro que se busca produzir.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Helena. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 287-310, dez. 2007.
- ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BRASIL. **Adolescências juvenis e participação: adolescentes e jovens para a educação entre pares**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010f.
- BRASIL. **Censo escolar 2005: levantamento das ações em DST/Aids, saúde sexual e saúde reprodutiva e drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.
- BRASIL. **Diretrizes para implantação do projeto saúde e prevenção nas escolas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a.
- BRASIL. **HQ SPE: um guia para utilização em sala de aula**. Brasília: UNESCO, 2010a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- BRASIL. **Passo a passo PSE: programa saúde na escola: tecendo caminhos da intersetorialidade**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. **Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b.
- BRASIL. **Sexualidades e saúde reprodutiva: adolescentes e jovens para a educação entre pares**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010e.
- COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, 2009.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 371-389, jul./dez. 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P. e DREYFUS, H. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1882)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GARCIA, Tomas Ibanez. O "giro linguístico". INÍGUEZ, Lupicínio (Coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. 2. ed. Petropolis, RJ : Vozes, 2004.

HACK, Rafael Fernando. **Foucault, o sujeito e a sexualidade**: a produção do sujeito na história da sexualidade de Michel Foucault. 2007. 212f. Dissertação (Mestrado em filosofia) - Instituto de Filosofia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Toledo, 2007.

IBGE. **Estatísticas do registro civil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=destaques>. Acesso em: 18 fevereiro 2019.

LECCARDI, Carmem. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social (Revista de Sociologia da USP)**, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005.

LEGRAND, Stéphane. **Les normes chez Foucault**. Paris: PUF, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcolla, 2004.

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira; MANCEBO, Deise. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 376-389, 2010.

MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia. **Autoajuda, educação e práticas de si**: genealogia de uma antropotécnica. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

NILSEN, Ann. Jovens para sempre? Uma perspectiva da individualização centrada nos trajectos de vida. **Sociologia – Problemas e Práticas**, n. 27, p. 59-78, 1998.

PAIVA, Vera. et al. Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, p. 45-53, jun. 2008.

SANTOS, Iolanda Montano dos; KLAUS, Viviane. A inclusão e o sujeito empresário de si. In: FABRIS, Elí T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos. (Org.). **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 61-78.

SILVA, João Luiz Pinto e; SURITA, Fernanda Garanhani Castro. Gravidez na adolescência: situação atual. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 8, p. 347-350, ago. 2012.

WILLIG, Carla. **Introducing qualitative research in psychology: adventures in theory and method**. Buckingham: Open University Press, 2001.

Contribuições das autoras

Nathássia Matias de Medeiros: autora e revisora.

Luciana Lobo Miranda: autora e revisora.
